

## CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

Primeiro Termo Aditivo  
Convênio Nº006/2014  
Processo E-Docs 2025-2XZNB

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – IEMA E O MUNICÍPIO DE JAGUARÉ.

O **INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – IEMA**, Autarquia Estadual do Poder Executivo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 05.200.358/0001-81, com sede na BR 262, KM 0, s/nº, Pátio de Porto Velho, Cariacica/ES, CEP nº 29.140.130, denominado **CONCEDENTE**, neste ato representado legalmente pelo seu Diretor Geral, Sr. **MARIO STELLA CASSA LOUZADA**, brasileiro, solteiro, gestor ambiental, inscrito no CPF nº 938.713.767-87, Carteira de Identidade nº 75511 SPTC/ES, residente e domiciliado em Vargem Alta/ES, nomeado pelo Decreto nº 790-S, de 30.04.2024, publicado no Diário Oficial de 02 de maio de 2024, e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ** denominado **CONVENIENTE**, com sede à Av. 09 de agosto, 2326, Centro, Jaguaré - ES, 299950-000, CNPJ 27.744.184/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **MARCOS ANTONIO GUERRA WANDERMUREM**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 732753 – SPTC/ES, inscrito no CPF sob o nº 732.142.567-34, residente e domiciliado em Centro, Juagaré/ES, empossado no termo de posse de 1º de janeiro de 2025, bem como a **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE JAGUARÉ**, neste ato representado pelo Sr. **JOÃO GILBERTO MACEDO TONIN**, brasileiro, casado, CPF de nº 940,837,117-87 e RG 804.456-ES SSP, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 004/2014, consoante o processo administrativo nº 2025-2XZNB e mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CONSIDERANDO** a Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, as partes resolvem celebrar o presente termo de aditivo, em conformidade ao disposto no art. 23 da Constituição da República Federativa do Brasil; art 186 da Constituição Estadual; Lei 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores, no que couber; Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho de 1993, que regulamenta a Lei Federal nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 e alterações posteriores; Lei Estadual nº 10.098, de 15 de outubro de 2013 e alterações posteriores; Lei Municipal 1.147, de 16 de maio de 2014; Resolução CONAMA nº 237/97; Decreto Estadual nº 4039-R, de 07 de dezembro de 2016 e Resolução CONSEMA nº 002/2016 mediante as cláusulas e condições a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente termo aditivo tem por objetivo acrescentar ao objeto original a obrigação de gestão integrada dos cadastros Técnicos Federal e Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras



ou Utilizadora de Recursos Ambientais, incluindo: os procedimentos para inscrição de pessoas físicas e Jurídicas sujeitas à inscrição em ambos os cadastros; o acesso, intercâmbio e gestão de informações relacionadas ao desenvolvimento dessas atividades; os procedimentos para recolhimento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA e da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado do Espírito Santo - TCFAES; além da prestação dos serviços de atendimento ao cidadão relacionados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA**

2.1 – Fica acrescido o item 2.6 à Cláusula Segunda do Convênio de nº 006/2014 que tem por redação:

“2.6 - A repartição das atribuições entre o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA e o Município de JAGUARÉ no que se refere às atividades de fiscalização, controle, manutenção e atualização dos Cadastros Técnicos Federal e Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, no âmbito do território municipal, em consonância com a legislação federal e estadual aplicável, visando à gestão integrada dessas informações e ao aprimoramento das ações ambientais no Município serão desenvolvidas de forma coordenada entre o IEMA e o Município de JAGUARÉ, respeitadas as competências legais de cada ente e observados os critérios e procedimentos técnicos definidos em comum acordo pelas partes.”

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

3.1 - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e condições não modificadas por este instrumento.

E, por estarem de acordo, assinam o presente instrumento por meio de certificado digital, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, em Juízo ou fora dele.

Cariacica/ES, 16 de Outubro de 2025.

**MARIO STELLA CASSA LOUZADA**  
Diretor Geral - IEMA

**MARCOS ANTONIO GUERRA WANDERMUREM**  
Prefeito Municipal de Jaguaré

**JOÃO GILBERTO MACEDO TONIN**  
Secretário Municipal de Meio Ambiente

